



# A CHINA DE ONTEM E DE HOJE: A INFLUÊNCIA DA HISTÓRIA E DA CULTURA NAS AÇÕES EXTERNAS E O ATUAL RELACIONAMENTO COM OS ESTADOS UNIDOS

ZIMMER DE SOUZA BOM GOMES

Bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário da Cidade (UniverCidade). Pós-graduando em História das Relações Internacionais na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).  
E-mail: zimmer.gomes@gmail.com

## RESUMO

Estados Unidos e China detêm as maiores economias mundiais. Neste trabalho, analisa-se o desenvolvimento da civilização chinesa até o atual projeto de crescimento, anteriormente denominado como “ascensão pacífica”, agora “desenvolvimento pacífico”, pelas preocupações que suscitou. Interesses comuns com a principal potência mundial, os Estados Unidos, vêm ditando os rumos da política chinesa, preocupados com a estabilidade do sistema.

## PALAVRAS-CHAVE

Relações sinoamericanas; Reformas na República Popular da China; Sistema internacional contemporâneo; Geopolítica.

## INTRODUÇÃO

A China vive um momento sem precedentes na história. As elevadas taxas de crescimento econômico verificadas nas últimas décadas garantiram ao país grande relevância

no cenário mundial. Muitos temem as consequências de tal crescimento para o sistema internacional, especialmente os resultados dos possíveis atritos entre chineses e americanos na disputa pela hegemonia. Convém, contudo, indagar se essas questões se aplicam de fato ao caso, ou seja, se a China pretende realmente assumir a posição de liderança ocupada hoje pelos Estados Unidos. Será essa uma ambição que constitui a identidade da nação chinesa? Para responder a essas perguntas, é necessário entender o comportamento chinês de ontem e de hoje, mediante a ajuda de alguns especialistas no assunto.

## A CHINA (E O OCIDENTE) ONTEM

Para compreender a atuação da China no presente cenário internacional, é necessário olhar para seu passado. O ponto de partida está na carta enviada, em 1792, pelo imperador celeste Kien Long – que governou de 1736 a 1795 e foi o último dos monarcas da dinastia Manchu – ao rei Jorge III da Inglaterra. Nessa missiva, o imperador responde ao pedido britânico de estabelecimento de relações comerciais (ZAKARIA, 2008, p. 61). Eis a reprodução de seus termos:

Vós, ó Rei, que viveis além de muitos mares, inspirado, entretanto, por vosso humilde desejo de participar dos benefícios de nossa civilização, enviastes uma missão trazendo respeitosamente Vossa Nota... Governando o mundo inteiro, só tenho um objetivo em vista: manter um perfeito governo e cumprir o dever do Estado; os objetos estrangeiros e custosos não me interessam. Se ordenei que os tributos por Vós oferecidos, ó Rei, sejam aceitos, foi somente em consideração ao espírito que Vos inspirou a no-los enviar de tão longe. Nossa virtude dinástica penetrou em todos os países sob o Céu. Os reis de todas as nações me enviam custosos tributos por terra e por mar. Como Vosso Embaixador pode por si mesmo constatar, possuímos todas as coisas. Não concedo valor algum às coisas estranhas ou engenhosas e nada tenho a fazer com os produtos manufaturados de vosso país. Tal é minha resposta a Vosso pedido de nomear um Embaixador junto à minha Corte, requerimento contrário a nossos costumes dinásticos e de que só Vos resultariam inconvenientes.

Segundo Meira Penna (2005), a missão diplomática inglesa fracassou em razão de um fato curioso. Lord McCartney, embaixador que liderava a delegação, considerou inaceitável submeter-se à cerimônia *kowtow*<sup>1</sup>, uma exigência dos mandarins chineses. Sendo um enviado da Inglaterra, potência já considerada hegemônica nos mares, na vanguarda da Revolução Industrial e possuidora de muitos domínios ultramarinos, como as Índias

1 O *coutou*, ou “nove prostrações” diante do Filho do Céu, era cerimoniosa e imperativamente praticado pelos reis tributários ao serem por ele recebidos em audiência geral no “Centro do Mundo” (PENNA, 2005).

e partes da América do Norte, McCartney julgou desnecessária tal cerimônia. Contudo, não demorou a ser recebido pelo imperador (PENNA, 2005). Os chineses mostraram-se condescendentes, pois aceitaram que o embaixador apenas se ajoelhasse. Esse acontecimento, acompanhado pela postura presunçosa e arrogante exibida na carta, teve desdobramentos inesperados para os chineses, como relata Meira Penna (2005):

[...] a negativa chinesa [...] ia custar ao Império Central cento e cinquenta anos de violências, invasões, guerras, aflições e perplexidades inimagináveis [...]. Foi uma resistência comprovadamente inútil ao fenômeno da inevitável extensão planetária da civilização ocidental, procedente da área do Atlântico Norte. [...] Os efeitos desastrosos de não aceder às propostas transmitidas por Lord Macartney não se fizeram esperar. Vinte e cinco anos depois da embaixada, os ingleses adquiriram Hong Kong pela força das armas e, em 1842, Xangai foi fundada, juntamente com a abertura de quatro outros portos na costa chinesa ao comércio britânico. Eventualmente, com a colaboração da França que obteve sua própria “Concessão” em Xangai, as principais grandes potências européias conquistaram uma situação privilegiada, pois essas cidades se converteram numa espécie de território internacional que, desprezando totalmente a soberania do Estado chinês, introduziram no país as sementes da grande transformação, conduzindo ao processo global de modernização.

O sentimento de superioridade expresso na carta revela uma herança do passado chinês, e não a realidade de fins do século XVIII: uma China relativamente mais atrasada em diversas áreas se comparada ao restante da Europa. O pouco contato que a China mantinha com o exterior – herdado também de seu passado – pode ter contribuído, em alguma medida, para o incorreto dimensionamento de sua situação relativa no cenário internacional feito à época. Segundo Paul Kennedy (1989, p. 14), a China do período pré-moderno, dentre todas as civilizações, era uma das mais adiantadas em termos culturais. Possuía uma administração unificada e hierarquizada, com burocratas confucianos bem-educados. Tinha aproximadamente 100 a 130 milhões de habitantes, ao passo que a população europeia não passava dos 55 milhões no século XV.

Kennedy chama a atenção para a “precocidade tecnológica”<sup>2</sup> da China. Ali já havia grandes bibliotecas, consequência do uso da impressão com tipos móveis desde o século XI. Um sistema de canais sofisticados, assim como a utilização desde muito cedo do papel-moeda, facilitavam a indústria e o comércio. Foram ainda, provavelmente, os inventores dos canhões e da pólvora, usados pelos Ming para derrotar os mongóis no século XIV. Além disso, os chineses se lançaram à exploração e ao comércio além-mar

2 Lembrando que este se trata de um ponto de vista ocidental, pois, no caso de um ponto de vista chinês, por exemplo, poderia ser dito que tal precocidade fosse a normalidade e o equivalente europeu pudesse ser chamado de “atraso tecnológico”.

muito antes dos europeus, sendo a bússola magnética uma invenção chinesa. A guerra naval e as longas expedições marítimas também encontraram a China como precursora, no início do século XV (KENNEDY, 1989, p. 16).

Dentre as expedições marítimas chinesas, as mais impressionantes e ambiciosas foram as sete missões empreendidas pelo almirante Cheng Ho<sup>3</sup> a partir de 1405, ou seja, 87 anos antes de Colombo lançar uma das expedições mais importantes da história da humanidade (1492). As frotas visitaram portos como o de Málaca, Ceilão, mar Vermelho, Zanzibar, oceano Índico, Sudoeste da Ásia e África Oriental. As embarcações de Cheng Ho eram muito maiores e mais bem construídas do que as de Colombo ou qualquer outro navegador europeu do século XVI. Para efeito de comparação, os maiores barcos dessa esquadra chinesa possuíam 120 metros e nove mastros, número quatro vezes superior ao galeão Santa Maria do navegador genovês. Toda essa opulência tinha a intenção de “chocar e amedrontar” os povos visitados, assim como demonstrar o poder e o alcance da dinastia Ming. Tributos foram recolhidos, doações feitas a governantes locais e oposições vencidas pela força militar. Até uma girafa foi levada para os jardins do imperador (ZAKARIA, 2008, p. 55-56). Kennedy (1989, p. 17) cita, inclusive, que, segundo historiadores e arqueólogos, o tamanho, o poder e a navegabilidade da marinha de Cheng Ho conferiam à China a capacidade de ter circum-navegado a África e “descoberto” Portugal várias décadas antes de Henrique, o Navegador, começar a aventurar-se ousadamente pelo sul de Ceuta.

Apesar desse potencial, as expedições acabaram em 1433. Com a chegada ao poder de um novo imperador, foi proibida a construção de grandes navios com capacidade de navegação em alto-mar. A China voltava, então, as costas para o comércio e a exploração. Fato irônico, pois, alguns anos depois, era exatamente a essas atividades que os europeus se dedicariam (ZAKARIA, 2008, p. 56-57). O motivo para tal decisão foi a proteção da fronteira terrestre contra as invasões mongóis. Houve necessidade de concentrar recursos militares para esse objetivo e a manutenção de um grande contingente na marinha era muito dispendiosa. Além disso, o código confuciano dos mandarins via com desconfiança a atividade comercial, muito ligada às navegações. A acumulação de capital, a prática de comprar barato e vender caro e a ostentação eram ofensas para a elite mandarim (KENNEDY, 1989, p. 17). Portanto, são esses os principais fatores que explicam o abandono da exploração além-mar pela China.

Zakaria (2008, p. 57) questiona se o curso da história moderna teria sido outro caso a China tivesse mantido sua frota, mas logo conclui que não. Para o autor, essa iniciativa não foi apenas uma má decisão estratégica no longo prazo, mas a expressão de uma estagnação civilizacional. Paul Kennedy (1989, p. 18) também ajuda a esclarecer esse

3 Conhecido também como Zheng He, em uma mais nova transliteração do mandarim (ROSENBERG, 2011).

assunto: os avanços tecnológicos, a criação de empresas e a exploração além-mar tinham finalidade de Estado e, como tal, poderiam ser negligenciadas em função da mudança de humor do imperador ou da elite mandarim. A sociedade era bastante alheia, diferentemente do que ocorreu na Europa. Se as expedições navais europeias eram iniciativas privadas ou parcerias público-privadas, na China essas viagens dependiam dos interesses de um monarca. Segundo David Landes (2006, p. 18), a China não gerou um processo contínuo e autossustentado de avanços científicos. O código confuciano, entretanto, não ajuda apenas a entender as ações voltadas para a lógica da política externa chinesa. Ele nos é bastante útil para entendermos um pouco da lógica da política externa chinesa.

Diferentemente da noção de Deus como criador do mundo contida no cristianismo, no judaísmo e no islamismo, o confucionismo não prega ideias como a de um criador, um profeta ou do sagrado. Segundo os ensinamentos de Confúcio, o mais importante é a aquisição de conhecimentos, um comportamento ético e a estabilidade social. Essa característica é muito importante, pois, como observou Zakaria (2008, p. 111), “historicamente, os países influenciados pelo cristianismo e pelo islamismo procuraram espalhar suas ideias e converter as pessoas à sua fé”. Contudo, essa não era uma preocupação dos líderes chineses, que não compartilhavam do espírito missionário de alguns países ocidentais. Assim, influenciada por um sistema filosófico e religioso distinto, a política externa chinesa tomou outros rumos, desviando-se de uma rota expansionista, como bem explica Kissinger (2001):

There was no New World to populate, no redemption awaiting mankind on distant shores. The promised land was China, and the Chinese were already there. The blessings of the Middle Kingdom's culture might theoretically be extended, by China's superior example, to the foreigners on the empire's periphery. But there was no glory to be found in venturing across the seas to convert "heathens" to Chinese ways; the customs of the Celestial Dynasty were plainly beyond the attainment of the far barbarians.

Assim, além de filosoficamente não estarem dispostos a se aventurar por muito tempo pelos mares, fatores mais concretos também contribuíram para uma recusa chinesa à aventura ultramarina. A China continuou considerando-se o centro do mundo embora o Ocidente fosse mais próspero que o Oriente desde muito antes do século XVIII, quando a carta de Kien Long foi escrita. Zakaria (2008, p. 59) estabelece uma comparação com base no crescimento econômico e no PIB por habitante:

Por volta de 1500, o PIB por habitante da Europa era mais elevado do que o da China; em 1600 era 50 por cento mais elevado. A partir de então, o fosso continuou sempre a aumentar. Entre 1350 e 1950, o PIB por habitante permaneceu quase constante na

China. No mesmo período o PIB por habitante na Europa passou de 662 dólares para 4594 dólares, um aumento de 594 por cento.

A China, portanto, passou por um momento de relativa superioridade cultural e tecnológica que, contudo, não foi sustentável nem duradouro. Ao mesmo tempo, os chineses se voltaram para o território interno e ignoraram o exterior. A filosofia do confucionismo, do mesmo modo, não impelia os chineses à exploração e à saída ao exterior. Esses fatores ajudam a compreender, portanto, a postura adotada pelo imperador Kien Long e sua visão em relação ao mundo, ambas expressas na carta enviada ao rei inglês.

## A CHINA HOJE

O último quarto do século XX é determinante para a análise da situação atual da China. A conjuntura do final da Guerra Fria e as consequentes mudanças no sistema internacional, sem dúvida, impactaram o comportamento chinês. Além disso, a constante presença dos Estados Unidos em questões importantes para a política externa chinesa e a reação a essa interferência estadunidense são elementos-chave para o entendimento do atual contexto internacional. Segundo Zakaria (2008), o ano de 1979 é um marco. Nesse ano, a União Soviética invadiu o Afeganistão, comprometendo de forma decisiva as relações sino-russas, e a China, sob a liderança de Deng Xiaoping, implementou seu processo de reformas econômicas, dando início a um período de grande crescimento:

[...] a China cresceu a taxas superiores a 9 por cento ao ano durante trinta anos, historicamente a taxa de crescimento mais rápida de um país de grande dimensão. Nesse mesmo período, tirou 400 milhões de pessoas da pobreza, a maior redução que alguma vez teve lugar no mundo. O rendimento médio por habitante aumentou quase sete vezes. [...] Em 1978, o país fazia 200 aparelhos de ar condicionado por ano; em 2005 fez 48 milhões. Atualmente, a China exporta num só dia mais do que exportou em todo o ano de 1978 (ZAKARIA, 2008, p. 91).

A importância de Deng Xiaoping não está ligada somente às diretrizes econômicas. Em 1989, ele também esboçou bases sobre o que deveria ser a política externa chinesa: “observar com sobriedade os desenvolvimentos, manter nossa posição, superar os desafios calmamente, esconder nossas capacidades e ganhando tempo, permanecer livre da ambição, nunca clamar para si a liderança” (XIAOPING apud FOOT, 2009, p. 136). Entretanto, essas ideias não duraram muito, logo foram substituídas por uma política mais ativa. Por volta de 1996, a liderança da China percebeu que a ascensão do país na Ásia estava fomentando argumentos sobre uma “ameaça chinesa”. Os líderes chineses,

então, mudaram a postura, elaborando retóricas e políticas para mostrar aos outros países que a ascensão da China não deveria ser temida e que seria mutuamente benéfica.

Além disso, tinham o objetivo de que a China fosse vista na região como uma grande potência responsável, e não apenas uma nação pacífica e desenvolvimentista. Desse modo, Pequim passou a estimular o sentimento de “confiança mútua e laços de interesses comuns”. Deu assistência econômica aos países afetados pela crise financeira asiática (1997-1999), participou da segurança coletiva na Ásia por meio da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean) e da Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (Apec) e aumentou suas contribuições às operações de paz da ONU (FOOT, 2009, p. 137-139).

Apesar do crescimento acelerado e impressionante, o comportamento chinês oculta um temor de vulnerabilidade. A preocupação com questões de segurança não é recente, como já foi visto. Durante os anos da Guerra Fria, foi reforçada a concepção chinesa acerca das potências hegemônicas: na ótica dos líderes chineses, o principal objetivo dessas nações era aumentar o controle sobre os outros países. Ações como a participação dos Estados Unidos no impedimento da união territorial entre a República Popular da China (RPC) e Taiwan, alianças militares com países vizinhos à China, e o esforço em organizar uma coalizão contra a China ONU até 1971 moldaram essa visão (FOOT, 2009, p. 127-128).

Todavia, em um contexto pós-Guerra Fria, a posição chinesa não gerou uma relação de enfrentamento com os Estados Unidos. Além disso, apesar de a queda do muro de Berlim inicialmente ter suscitado esperanças sobre a multipolarização do mundo, já em meados dos anos 1990 ficou claro que os Estados Unidos continuariam a exercer um papel de superpotência. Nas palavras de Foot (2009, p. 140), “o objetivo de Pequim tem sido contemporizar, quando possível, e buscar interesses congruentes com Washington”. A autora cita ainda dois exemplos desse padrão de comportamento. O primeiro, por ocasião da Guerra do Iraque em 2003, quando a China, mesmo discordando fundamentalmente, não fez uma oposição mais declarada aos Estados Unidos, deixando tal papel para os europeus. O segundo, durante a rodada de negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Cancun (2003), em que os chineses não foram tão incisivos quantos os outros emergentes que integram o G-20.

Entretanto, essa estratégia, que poderia ser denominada evasiva, não ocorre quando estão em pauta temas mais sensíveis a Pequim. Quando se trata de Taiwan, de críticas sobre o desrespeito aos direitos humanos e de tentativas americanas de esvaziar a autoridade chinesa no Conselho de Segurança, a China não hesita em adotar posição mais rígida em relação aos Estados Unidos. Foot (2009, p. 142) conclui, portanto, que a estratégia chinesa não pode ser classificada nem como mero *bandwagoning* nem como uma tentativa moderada de balanceamento via formação de uma coalizão anti-hegemônica.

Kissinger (2011) compartilha do mesmo entendimento sobre a relação China-Estados Unidos. Para o autor, a China evita, em geral, situações de conflito direto com os norte-americanos. Isso não ocorre, entretanto, quando se trata de um ponto vital da política externa chinesa, como Taiwan. Suas palavras dão um panorama das possibilidades na relação sino-americana:

The appropriate label for the Sino-American relationship is less partnership than “co-evolution”. It means that both countries pursue their domestic imperatives, cooperating where possible, and adjust their relations to minimize conflict. Neither side endorses all the aims of the other or presumes a total identity of interests, but both sides seek to identify and develop complementary interests (KISSINGER, 2011).

Yuezhi Zhao também não acredita na formação de uma coalizão anti-hegemônica por parte da China. Tanto para ele quanto para Rosemary Foot, o contexto mais provável é o de uma acomodação chinesa à influência dos Estados Unidos, uma vez que “resulta más apropiado, al menos en la presente coyuntura histórica, considerar la China como un poder regional que se está integrando al imperio norteamericano informal” (ZHAO, 2005, p. 228). Para o autor, a ideologia neoliberal, sendo um fator de poder suave norte-americano, cresceu na esfera cultural chinesa e acabou sendo internalizada pelos meios de comunicação da China. Transmitida pela indústria de telecomunicações, essa ideologia legitimou uma cultura popular comercial e está presente inclusive nos meios dominados pelo Estado. Por essa razão, a China tenderia mais a integrar-se ao império informal norte-americano do que a buscar confrontação.

Apesar da relativa acomodação da China em relação à influência de Washington atualmente, a concepção de Pequim sobre as potências hegemônicas da época da Guerra Fria não aparenta ter mudado. Sobre isso, escreve Foot (2009, p. 148):

[...] na visão de Pequim, os Estados Unidos são hegemônicos, unilaterais, negligentes diante do direito internacional e das Nações Unidas e adeptos de noções de soma zero a respeito de segurança, ignorando preocupações não tradicionais de segurança e os efeitos negativos da questão de segurança, além de serem protecionistas.

No mesmo sentido posiciona-se Zhao (2005, p. 244-245):

[...] un número cada vez mayor de chinos está experimentando o está tomando conciencia de las contradicciones políticas y culturales del imperialismo norteamericano - desde el respaldo de EUA a la autocracia de Yeltsin en Rusia al bombardeo “accidental” de la embajada china en Belgrado en mayo de 1999, la colisión de un avión de reconocimiento estadounidense con un avión de combate chino frente a la isla de Hainan en abril de 2001, y la aventura imperialista en Irak.

Por enquanto, todavia, “as forças da integração têm triunfado, tanto em Pequim como em Washington. A relação econômica sino-americana é de dependência mútua. A China necessita do mercado americano para vender seus produtos; os Estados Unidos necessitam da China para financiar sua dívida” (ZAKARIA, 2008, p. 122). Essa análise é corroborada também por Nye (2011):

Today, China and the US are highly interdependent economically, but many analysts misunderstand the implications of this for power politics. True, China could bring the US to its knees by threatening to sell its dollar holdings. But doing so would not only reduce the value of its reserves as the dollar weakened; it would also jeopardize US demand for Chinese imports, leading to job losses and instability in China. In other words, bringing the US to its knees might well mean that China would bring itself to its ankles.

## CONCLUSÃO

Os líderes chineses têm consciência dos problemas e desafios a serem superados. Não querem assumir maiores responsabilidades no sistema internacional. Deixam tal tarefa, muitas vezes onerosa, a cargo dos Estados Unidos e não têm pressa ou pretensão de assumir tal posição, pelo menos no curto prazo. Nas palavras de Foot (2009, p. 134):

[...] os chineses aceitam, assim, que vivem num mundo dominado pelos Estados Unidos e que este país é especialmente privilegiado numa era globalizada. Além disso, aceitam que a dominação americana provavelmente durará por muitas décadas. Ainda assim, embora reconhecendo que seu país está muito atrás dos Estados Unidos em todas as dimensões do poder, os chineses também vêem o seu próprio país em ascensão.

Os breves dados da história e da cultura chinesas mostrados aqui ajudam a entender como esse país, apesar de seu relativo desenvolvimento no passado, permaneceu durante tantos anos como um “gigante adormecido”. A força dos imperadores, cujo poder centralizado tolhia a iniciativa da sociedade, impedindo a continuidade da investida nos mares, é um exemplo. O conhecimento das bases da filosofia confuciana permite não somente entender um dos motivos pelos quais a China se voltou para seu território interno no século XV, mas também algumas características da política externa chinesa. Ausente o espírito missionário, verificado em muitas nações ocidentais, o país atua pragmaticamente para se desenvolver, evitando atritos desnecessários, e não tem a pretensão de tomar a posição dos Estados Unidos como o *hegemon* no sistema internacional, pelo menos em curto e médio prazos.

## YESTERDAY'S AND TODAY'S CHINA: THE INFLUENCE OF HISTORY AND CULTURE IN ITS EXTERNAL ACTIONS AND THE PRESENT RELATIONSHIP WITH THE UNITED STATES

### ABSTRACT

The USA and China are the biggest world economies. This paper analyzes the development of Chinese civilization up to the present growth project, formerly known as “peaceful rise”, now as “peaceful development”, due to the concerns it has aroused. Common interests with the major world power, the USA, have dictated the directions of Chinese politics, concerned with the system’s stability.

### KEYWORDS

Sino-American relations; Reforms in the People’s Republic of China; Contemporary International System; Geopolitic.

### REFERÊNCIAS

- FOOT, R. Estratégias chinesas em uma ordem global hegemônica: acomodação e hedging. In: FOOT, R. *Os Brics e a ordem global*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 43-73.
- KENNEDY, P. *Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000*. Tradução Waltensir Dutra. 17. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1989.
- KISSINGER, H. The China challenge. *The Wall Street Journal*, New York, 14 may 2011. Disponível em: <<http://online.wsj.com/article/SB10001424052748703864204576315223305697158.html>>. Acesso em: 30 jul. 2011.
- LANDES, D. Why Europe and the West? Why Not China? *Journal of Economic Perspectives*, v. 20, n. 2, p. 3-22, 2006. Disponível em: <<http://pubs.aeaweb.org/doi/pdfplus/10.1257/jep.20.2.3>>. Acesso em: 25 jul. 2011.
- NYE, J. Has economic power replaced military might? *Project Syndicate*, 6 jun. 2011. Disponível em: <[www.project-syndicate.org/commentary/nye95/English](http://www.project-syndicate.org/commentary/nye95/English)>. Acesso em: 30 jul. 2011.
- PENNA, J. O. M. Três visitas a Xanghai. *Carta Mensal*, v. 50, n. 599, 2005. Disponível em: <[http://www.meirapenna.com.br/publicacoes/conf/2005/tres\\_visitas\\_a\\_xanghai.htm](http://www.meirapenna.com.br/publicacoes/conf/2005/tres_visitas_a_xanghai.htm)>. Acesso em: 25 jul. 2011.
- ROSENBERG, M. Cheng Ho: the famous chinese eunuch admiral explorer of the 15th century. *About.com Guide*. Disponível em: <<http://geography.about.com/od/historyofgeography/a/chengho.htm>>. Acesso em: 29 jul. 2011.
- ZAKARIA, F. *O mundo pós-americano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ZHAO, Y. La matrix mediática: la integración de China en el capitalismo mundial. In: PANITCH, L.; LEYS, C. *Socialist Register 2005: el imperio recargado*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/social/2005/socialist2005.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2011.